

# O Brasil tem pressa

O governo acorda. Esse parece o recado do ministro da Fazenda depois da passagem do vendaval da reeleição. Em palestra na Confederação do Comércio de Brasília, Pedro Malan reafirmou o compromisso do governo com três metas: a estabilidade econômica, a melhoria da qualidade de vida da população e o crescimento seguro e sustentável. Mas reconheceu que precisa ir além. E anunciou medidas de incentivo à construção civil. Em boa hora, sobretudo para os brasilienses.

Fazer frente ao desemprego constitui o grande desafio de hoje. Segundo o Dieese, o Brasil contabiliza 4,02 milhões de pessoas sem trabalho. Deles, 155 mil estão na capital da República. O número corresponde a 18,5% da população economicamente ativa. É o segundo índice de desocupação do país. Perde só para Salvador.

A falta de postos de trabalho constitui fenômeno mundial. O Brasil não foge à regra. É, como reconhece corretamente o ministro, o grande problema da virada do século. As empresas precisaram modernizar-se para ganhar competitividade. Substituíram o homem pela máquina.

No Brasil, o drama ganha dimensões maiores. Além de enfrentar os desafios

da modernização, o país precisou abrir-se para o mundo. A alternativa era uma só. Integrar-se à globalização ou morrer. Consequência: a importação roubou postos de trabalho brasileiros. Em Brasília, soma-se outra agravante. Boa parcela da população trabalha no setor público. O Estado apertou o cinto. Por um lado, demitiu. Por outro, deixou de contratar.

A construção civil vem ao encontro das necessidades de Brasília. Aqui, quinze mil empregos diretos serão criados num primeiro momento. Quinze por cento da mão-de-obra desocupada terá oportunidade de ser recrutada. Mais. Reativada, a construção civil funcionará como peça de dominó. Estimulará outros setores.

É o primeiro passo. Mas não suficiente. Os empresários de Brasília, prestigiados pela primeira de uma série de conferências que Pedro Malan fará pelo Brasil, puseram o dedo na ferida. Reivindicaram a redução da carga tributária e a diminuição das taxas de juros. Isso tem um nome: reforma tributária. Só com ela, coadjuvada pelas reformas administrativa e previdenciária, será possível pôr a economia definitivamente nos trilhos. O Brasil não pode mais adiá-la. Com a palavra, o Congresso Nacional.